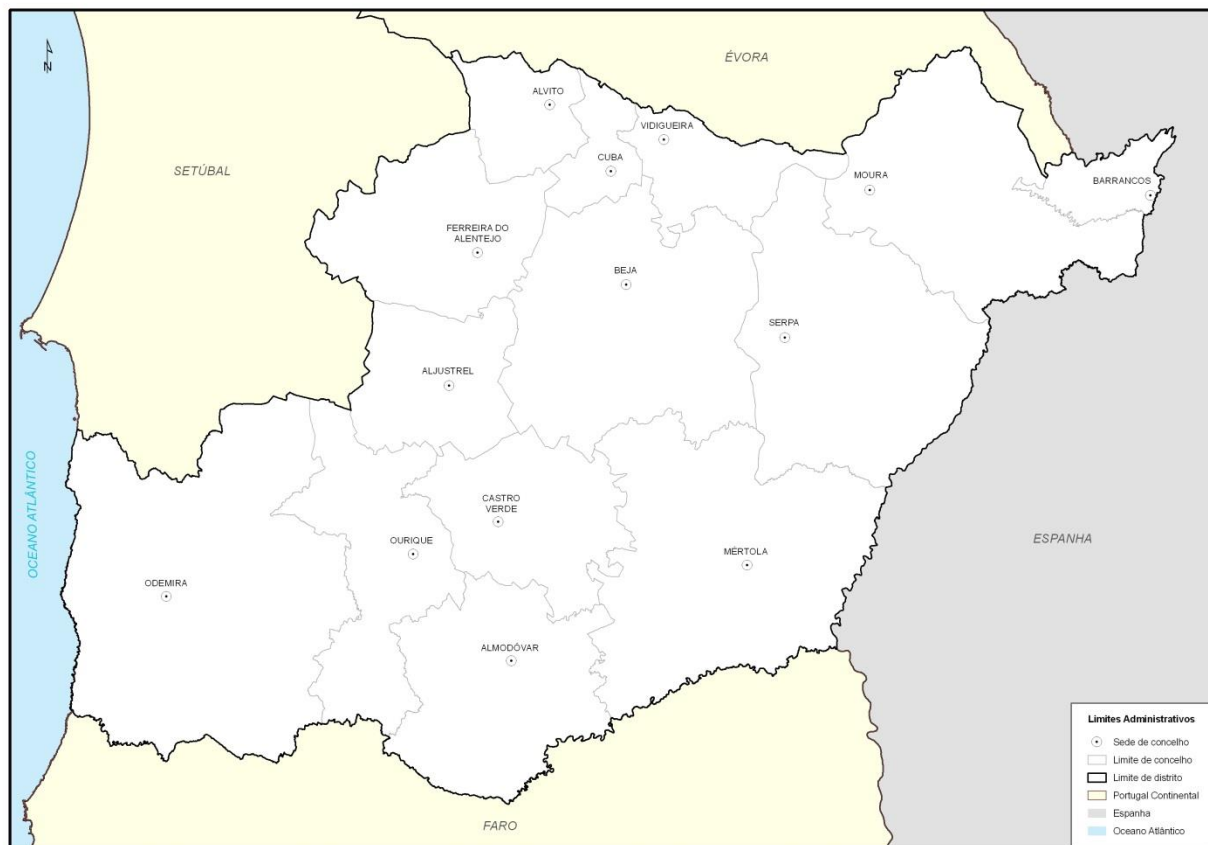


PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE BEJA



ÍNDICE

Lista de acrónimos

Referências legislativas

Registo de atualizações e exercícios

Índice de Tabelas.....5

Índice de Figuras7

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1. Introdução.....22

2. Finalidade e objetivos25

3. Tipificação dos riscos27

4. Critérios para a ativação28

PARTE II - EXECUÇÃO

1. Estruturas.....32

1.1 Estrutura de Direção Política33

1.2 Estrutura de Coordenação Política.....34

1.3 Estrutura de Coordenação Institucional.....35

1.4 Estruturas de Comando Operacional.....37

1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal.....40

1.4.2 Posto de Comando Operacional Distrital40

2. Responsabilidades.....44

2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil.....44

2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil47

2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio58

3. Organização	75
3.1 Infraestruturas de relevância operacional.....	75
3.1.1 Rede Rodoviária	75
3.1.2 Rede Ferroviária	80
3.1.3 Pontes e Viadutos.....	82
3.1.4 Aeródromos e Heliportos	84
3.1.5 Rede Telecomunicações.....	87
3.1.6 Sistemas de abastecimento de água em alta	89
3.1.7 Barragens	92
3.1.8 Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis	99
3.1.8.1 Energia Elétrica	99
3.1.8.2 Gás natural.....	105
3.1.8.3 Combustíveis	105
3.1.9 Indústria.....	106
3.1.9.1 Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva Seveso	106
3.1.9.2 Áreas industriais	108
3.1.10 Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis para as operações de socorro e proteção civil	109
3.2 Zonas de intervenção	128
3.2.1 Zonas de Concentração e Reserva.....	128
3.2.2 Zonas de Receção de Reforços.....	129
3.3 Mobilização e coordenação de meios	130
3.3.1 Mobilização de meios	130
3.3.2 Sustentação Operacional	132
3.4 Notificação operacional	133
 4 Áreas de Intervenção.....	 135
4.1 Gestão administrativa e financeira	135
4.2 Reconhecimento e avaliação	140
4.2.1 Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	140
4.2.2 Equipas de Avaliação Técnica	142

4.3	Logística	144
4.3.1	Apoio logístico às forças de intervenção	144
4.3.2	Apoio logístico às populações	148
4.4	Comunicações	153
4.5	Informação pública	156
4.6	Confinamento e/ou evacuação	160
4.7	Manutenção da ordem pública	166
4.8	Serviços médicos e transporte de vítimas	171
4.8.1.	Emergência Médica.....	171
4.8.2.	Apoio Psicológico	175
4.9	Socorro e salvamento.....	180
4.10	Serviços mortuários	184

PARTE III - INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

1.	Inventário de meios e recursos	193
2.	Lista de contactos.....	233
2.1	Autoridade Nacional de Proteção Civil	233
2.1.1	Sede	233
2.1.2	Agrupamento Distrital do Sul e Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja	234
2.2	Comissão Distrital de Proteção Civil de Beja	235
2.3	Centro de Coordenação Operacional Distrital de Beja.....	239
2.3.1	Composição Fixa	239
2.3.2	Composição Variável.....	239
2.4	Autoridades Municipais de Proteção Civil / SMPC	242
2.5	Juntas de Freguesia do distrito de Beja.....	247
2.6	Corpos de Bombeiros do distrito de Beja.....	254
2.7	Unidades Hospitalares/Centros de Saúde	257
2.8	Entidades Detentoras dos Corpos de Bombeiros do distrito de Beja	259
2.9	Entidades Cooperantes	261
2.10	Agrupamentos Escolares.....	267
2.11	Organizações Não Governamentais.....	270

2.12 Órgãos de Comunicação Social	270
3. Modelos	272
3.1 Modelos de Relatórios	272
3.2 Modelos de Requisições	304
3.3 Modelos de Comunicados	305
4. Lista de distribuição	309
4.1 Serviços de Proteção Civil	309
4.2 Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Beja	309
4.3 Agentes de Proteção Civil	310
4.4 Organismos e Entidades de Apoio	311

ANEXOS

ANEXO I - Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil....	313
ANEXO II - Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano.	348
1. Medidas de prevenção, mitigação, proteção e autoproteção	349
1.1. Estratégias gerais	350
1.2. Estratégias específicas	351
2. Programa de Exercícios	366
ANEXO III - Diagrama da Rede Rádio Distrital	367

Índice de Tabelas

PARTE I - ENQUADRAMENTO

Tabela I. 1 – Hierarquização do grau de risco para as ocorrências-tipo definidas	27
--	----

PARTE II - EXECUÇÃO

Tabela II. 1.– Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	44
Tabela II. 2 – Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	47
Tabela II. 3 – Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	58
Tabela II. 4 – Extensão da rede nacional rodoviária distribuída por tipo de rede rodoviária	75
Tabela II. 5 – Desagregação da rede nacional rodoviária no distrito de Beja	77
Tabela II. 6 – Número de passagens de nível segundo a sua tipologia para os municípios de Beja.....	81
Tabela II. 7 – Obras de arte da rede rodoviária	82
Tabela II. 8 – Principais características técnicas das pistas do distrito de Beja	85
Tabela II. 9 – Localização dos Centros de Meios Aéreos e indicação das aeronaves aí estacionadas em 2014	85
Tabela II. 10– Infraestruturas associadas aos sistemas de abastecimento de água em alta existentes nos municípios inseridos no distrito de Beja	90
Tabela II. 11 – Características gerais das principais barragens do distrito de Beja	93
Tabela II. 12 – Características específicas das principais barragens do distrito de Beja	96
Tabela II. 13 – Parques eólicos existentes no distrito	102
Tabela II. 14 – Parques fotovoltaicos/solares existentes no distrito	103
Tabela II. 15 – Centrais hidroelétricas existentes no distrito	104
Tabela II. 16– Postos de abastecimento de combustível por concelho	105
Tabela II. 17 – Estabelecimento abrangido pelo nível superior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	107
Tabela II. 18 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível inferior de perigosidade – Diretiva Seveso	107
Tabela II. 19 – Áreas industriais existentes no distrito	108
Tabela II. 20 – Instalações de agentes de proteção civil e cruz vermelha portuguesa no distrito de Beja.....	110
Tabela II. 21 – Edifícios e locais de utilização coletiva e outras infraestruturas no distrito de Beja.....	111
Tabela II. 22 – Outras infraestruturas no distrito de Beja	112
Tabela II. 23 – Localização das Zonas de Receção de Reforços	130
Tabela II. 24 - Grau de prontidão e de mobilização	132
Tabela II. 25 – Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes	134
Tabela II. 26 – Gestão administrativa e financeira	135
Tabela II. 27 – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	140
Tabela II. 28 – Equipas de Avaliação Técnica	142
Tabela II. 29 – Apoio logístico às forças de intervenção.....	144

Tabela II. 30 – Apoio logístico às populações	148
Tabela II. 31 – Comunicações	153
Tabela II. 32 – Informação pública	156
Tabela II. 33 – Confinamento e/ou evacuação	160
Tabela II. 34 – Manutenção da ordem pública	166
Tabela II. 35 – Serviços médicos e transporte de vítimas	171
Tabela II. 36 – Apoio psicológico	175
Tabela II. 37 – Socorro e salvamento	180
Tabela II. 38 – Serviços mortuários	184

PARTE III - INVENTÁRIO, MODELOS E LISTAGENS

Tabela III. 1 – Meios e Recursos	193
--	-----

ANEXOS

Tabela All.1 – Estratégias de mitigação para ondas de calor	352
Tabela All.2 – Estratégias de mitigação para vagas de frio	352
Tabela All.3 – Estratégias de mitigação para seca	352
Tabela All.4 – Estratégias de mitigação para cheias e inundações	353
Tabela All.5 – Estratégias de mitigação para inundações e galgamentos costeiros	354
Tabela All.6 – Estratégias de mitigação para sismo	354
Tabela All.7 – Estratégias de mitigação para tsunamis.....	355
Tabela All.8 – Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes	356
Tabela All.9 – Estratégias de mitigação para erosão costeira - recuo e instabilidade de arribas	357
Tabela All.10 – Estratégias de mitigação para a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares.....	358
Tabela All.11 – Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários.....	359
Tabela All.12 – Estratégias de mitigação para acidentes ferroviários	360
Tabela All.13 – Estratégias de mitigação para acidentes fluviais.....	360
Tabela All.14 – Estratégias de mitigação para acidentes aéreos	360
Tabela All.15 – Estratégias de mitigação para transporte de mercadorias perigosas	360
Tabela All.16 – Estratégias de mitigação para incêndios urbanos.....	361
Tabela All.17 – Estratégias de mitigação para incêndios em centros históricos	362
Tabela All.18 – Estratégias de mitigação para colapso de pontes e viadutos	363
Tabela All.19 – Estratégias de mitigação para substâncias perigosas (acidentes industriais)	363
Tabela All.20 – Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva....	364
Tabela All.21 – Estratégias de mitigação para emergências radiológicas	364
Tabela All.22 – Estratégias de mitigação para incêndios florestais	364
Tabela All.23 – Estratégias de mitigação para rutura de barragens	365

Índice de Figuras

PARTE I - ENQUADRAMENTO

Figura I. 1 - Divisão administrativa do distrito de Beja por concelhos	23
--	----

PARTE II - EXECUÇÃO

Figura II. 1 - Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional.....	33
Figura II. 2 – Organização do Posto de Comando Operacional (PCO).....	39
Figura II. 3 – Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)	43
Figura II. 4 – Estrutura rodoviária do distrito de Beja	76
Figura II. 5 - Infraestruturas ferroviárias presentes no distrito de Beja	82
Figura II. 6 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Beja	86
Figura II. 7 – Redes de Radiocomunicações da ANPC	88
Figura II. 8 – Rede de Telecomunicações no distrito de Beja	89
Figura II. 9 – Representação gráfica das infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Beja	91
Figura II. 10 – Barragens no distrito de Beja	99
Figura II. 11 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica	100
Figura II. 12– Postos de abastecimento de combustível.....	106
Figura II. 13 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	107
Figura II. 14 – Áreas industriais	109
Figura II. 15 – Agentes de Proteção Civil - instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais.....	113
Figura II. 16 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas.....	114
Figura II. 17 – Agentes de Proteção Civil - hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa.....	115
Figura II. 18 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino	116
Figura II. 19 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas	117
Figura II. 20 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas.....	118
Figura II. 21 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de diversão noturna	119
Figura II. 22 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais	120
Figura II. 23 - Edifícios de utilização coletiva - infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais	121
Figura II. 24 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto	122
Figura II. 25 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	123
Figura II. 26 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas	124
Figura II. 27 – Outras infraestruturas – restauração	125
Figura II. 28 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem.....	126
Figura II. 29 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água	127
Figura II. 30 – Diagrama das Zonas de Intervenção	128

ANEXOS

Figura Al. 1 – Divisão administrativa do distrito de Beja por concelhos	314
Figura Al.2 – Divisão administrativa do distrito de Beja por NUTS II e NUTS III.....	315
Figura Al.3 – Hipsometria do distrito de Beja.....	316
Figura Al.4 – Declives do distrito de Beja	317
Figura Al.5 – Bacias hidrográficas e respetiva rede hidrográfica compreendida no distrito de Beja.....	318
Figura Al.6 – População residente no distrito de Beja, por concelho, em 2011	319
Figura Al.7 – Número de edifícios por concelho	320
Figura Al.8 – Estrutura rodoviária do distrito de Beja	321
Figura Al.9 – Infraestruturas ferroviárias presentes no distrito de Beja	322
Figura Al. 10 – Portos, marinas e docas no distrito de Beja.....	323
Figura Al.11 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Beja.....	324
Figura Al.12 – Redes de Radiocomunicações da ANPC	325
Figura Al.13 – Rede de Telecomunicações no distrito de Beja	326
Figura Al.14 – Representação gráfica das infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Beja	327
Figura Al.15 – Barragens no distrito de Beja	328
Figura Al.16 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica	329
Figura Al.17 – Postos de abastecimento de combustível	330
Figura Al.18 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	331
Figura Al.19 – Áreas industriais	332
Figura Al.20 – Agentes de Proteção Civil – instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais.....	333
Figura Al.21 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas	334
Figura Al.22 – Agentes de Proteção Civil – hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa.....	335
Figura Al.23 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino	336
Figura Al.24 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas.....	337
Figura Al.25 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas	338
Figura Al.26 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais.....	339
Figura Al.27 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais	340
Figura Al.28 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto	341
Figura Al.29 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	342
Figura Al.30 – Outras infraestruturas – entidades de justiça	343
Figura Al.31 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas	344
Figura Al.32 – Outras infraestruturas – restauração	345
Figura Al.33 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem.....	346
Figura Al.34 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água	347

Lista de acrónimos

Lista de Acrónimos	
AE	Autoestrada
AHB	Associação Humanitária de Bombeiros
AHBV	Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
AM/PM	Autoridade Marítima/Polícia Marítima
ANA	ANA Aeroportos de Portugal
ANAC	Autoridade Nacional da Aviação Civil
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
ANBP	Associação Nacional de Bombeiros Profissionais
ANCTM	Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APC	Agente de Proteção Civil
ARS	Administração Regional de Saúde
BAL	Base de Apoio Logístico
BRIPA	Brigadas de Proteção Ambiental
CADIS	Comandante Operacional de Agrupamento Distrital
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CAPIC	Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise
CB	Corpo de Bombeiros
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOD	Centro de Coordenação Operacional Distrital
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CDOS	Comando Distrital de Operações de Socorro
CDPC	Comissão Distrital de Proteção Civil
CDSS	Centro Distrital de Segurança Social
CM	Câmara Municipal

Lista de Acrónimos	
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNE	Corpo Nacional de Escutas
CNPC	Comissão Nacional de Proteção Civil
CODIS	Comandante Operacional Distrital
COM	Comandante Operacional Municipal
COS	Comandante das Operações de Socorro
CPX	<i>Command Post Exercise</i>
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DGT	Direção-Geral do Território
DIOPS	Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro
DVI	<i>Disaster Victim Identification Team</i>
EAPS	Equipas de Apoio Psicossocial
EAT	Equipas de Avaliação Técnica
EDP	EDP Energias de Portugal, S.A.
EGIC	Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial
EM	Estrada Municipal
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
EN	Estrada Nacional
EP	Estradas de Portugal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ERAP	Equipas Rápidas de Apoio Psicossocial
ERAS	Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação
ERAV-m	Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais
ESO	Esquema de Sustentação Operacional
FA	Forças Armadas
FEB	Força Especial de Bombeiros
FS	Forças de Segurança
GDH	Grupo Data-Hora
GIPS	Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro
GNR	Guarda Nacional Republicana
HF	High Frequency

Lista de Acrónimos	
IC	Itinerário Complementar
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
INEM	Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
INMLCF	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P.
IP	Itinerário Principal
IP, S.A.	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IPMA	Instituto Português do Mar e da Atmosfera
IRN	Instituto de Registos e Notariado
IPST	Instituto Português do Sangue e da Transplantação
JF	Junta de Freguesia
LIVEX	Live Exercise
MP	Ministério Público
MV-S	Serviço Móvel de Satélite
NecPro	Necrotério Provisório
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OEA	Organismo e Entidade de Apoio
ONG	Organizações Não-Governamentais
OPP	Ordem dos Psicólogos Portugueses
PC	Posto de Comando
PCDis	Posto de Comando Distrital
PCMun	Posto de Comando Municipal
PCO	Posto de Comando Operacional
PDE	Plano Distrital de Emergência
PDEPC	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil
PEA	Plano Estratégico de Ação
PJ	Polícia Judiciária
PM	Polícia Municipal
PMA	Posto Médico Avançado
PMEPC	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil
PSP	Polícia de Segurança Pública
REFER	Rede Ferroviária Nacional

Lista de Acrónimos	
RELIS	Relatórios Imediatos de Situação
REPC	Rede Estratégica de Proteção Civil
ROB	Rede Operacional de Bombeiros
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SF	Sapadores Florestais
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SIRESP	Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SMM	Serviço Móvel Marítimo
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
SMS	Short Message Service
SMT	Serviço Móvel Terrestre
STF	Serviço Telefónico Fixo
TO	Teatro de Operações
UCI	Unidade de Cooperação Internacional
UHF	Ultra High Frequency
ULPC	Unidade Local de Proteção Civil
VCOC	Veículo de Comando e Comunicações
VHF	Very High Frequency
VPCC	Veículo de Planeamento, Comando e Comunicações
ZA	Zona de Apoio
ZAP	Zona de Apoio Psicológico
ZCAP	Zona de Concentração e Apoio à População
ZCI	Zona de Concentração e Irradiação
ZCR	Zona de Concentração e Reserva
ZI	Zona de Intervenção
ZRnM	Zona de Reunião de Mortos
ZRR	Zona de Receção de Reforços
ZS	Zona de Sinistro

Referências legislativas

Legislação Estruturante
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 53/2008, de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro, e Lei 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou – Lei de Bases da Proteção Civil
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 134/2006, de 25 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei 72/2013, de 31 de maio – Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 65/2007, de 12 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 114/2011, de 30 de novembro – Enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, organização dos serviços municipais de proteção civil e competências do comandante operacional municipal
<ul style="list-style-type: none"> • Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil 30/2015, de 07 de maio – Fixa os critérios e as normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de proteção civil
Legislação Orgânica
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 126-B/2011, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 161-A/2013, de 2 de dezembro, pelo Decreto-Lei 112/2014, de 11 de julho, e pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 73/2013, de 31 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 163/2014, de 31 de outubro – Lei Orgânica da Autoridade Nacional de Proteção Civil
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 63/2007, de 6 de novembro - Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 22/2006, de 2 de fevereiro – Lei Orgânica do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro, da Guarda Nacional Republicana
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 53/2007, de 31 de agosto – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
<ul style="list-style-type: none"> • Lei Orgânica 1-B/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 5/2014, de 29 de agosto – Lei de Defesa Nacional
<ul style="list-style-type: none"> • Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 6/2014, de 1 de setembro - Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 186/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do Exército

• Decreto-Lei 187/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Força Aérea
• Decreto-Lei 185/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica da Marinha
• Decreto-Lei 184/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do EMGFA
• Decreto-Lei 44/2002, de 2 de março com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 235/2012, de 31 de outubro – Lei Orgânica da Autoridade Marítima Nacional
• Lei 28/2013, de 12 de abril – Define as Competências, a Estrutura e o Funcionamento da Autoridade Aeronáutica Nacional
• Decreto-Lei 40/2015, de 16 de março – Lei Orgânica da Autoridade Nacional da Aviação Civil
• Decreto-Lei 240/2012, de 6 de novembro – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
• Decreto-Lei 22/2012, de 30 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 127/2014, de 22 de agosto, e pelo Decreto-Lei 173/2014, de 19 de novembro – Lei Orgânica das Administrações Regionais de Saúde, I.P.
• Decreto-Lei 82/2009, de 2 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 135/2013, de 4 de outubro - Estabelece as regras de designação, competência e funcionamento das entidades que exercem o poder de autoridade de saúde
• Decreto-Lei 34/2012, de 14 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P.
• Decreto-Lei 166/2012, de 31 de julho – Lei Orgânica do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses
• Decreto-Lei 39/2012, de 16 de fevereiro – Lei Orgânica do Instituto Português do Sangue e da Transplantação
• Decreto-Lei 83/2012, de 30 de março – Lei Orgânica do Instituto de Segurança Social
• Decreto-Lei 281/2007, de 7 de agosto – Aprova o Regime Jurídico da Cruz Vermelha Portuguesa
• Decreto-Lei 228/2012, de 25 de outubro – Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
• Decreto-Lei 56/2012, de 12 de março – Lei Orgânica da Agência Portuguesa do Ambiente
• Decreto Regulamentar 31/2012, de 13 de março – Lei Orgânica da Direção-Geral da Alimentação e Veterinária
• Decreto-Lei 135/2012, de 29 de junho – Lei Orgânica no Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 109/2009, de 15 de maio – Estabelece o Regime Jurídico aplicável à criação e das equipas de sapadores florestais no território continental português e regulamenta os apoios à sua atividade
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 68/2012, de 20 de março – Lei Orgânica do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 241/2007, de 21 de junho, alterada pela Lei 48/2009, de 4 de Agosto, e pelo Decreto-Lei 249/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Bombeiros Portugueses
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 32/2007, de 13 de agosto – Regime Jurídico das Associações Humanitárias de Bombeiros
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 247/2007, de 27 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 248/2012, de 21 de novembro – Regime Jurídico dos Corpos de Bombeiros
<ul style="list-style-type: none"> • Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil 19734/2009, de 28 de agosto – Regulamento da organização e funcionamento da Força Especial de Bombeiros Canarinhos (FEB)
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 184/2014, de 29 de dezembro – Lei Orgânica do EMGFA
Legislação Técnico-Operacional
<ul style="list-style-type: none"> • Despacho 3551/2015, de 9 de abril – Sistema de Gestão de Operações
<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 344/2008, de 17 de outubro – Regulamento de Funcionamento dos Centros de Coordenação Operacional
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 112/2008, de 1 de julho – Conta de Emergência
<ul style="list-style-type: none"> • Declaração da Comissão Nacional de Proteção Civil 97/2007, de 16 de maio – Estado de alerta especial para o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS)
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto Regulamentar 86/2007, de 12 de dezembro – Articulação, nos espaços marítimos de soberania e jurisdição nacional, entre autoridades de polícia
<ul style="list-style-type: none"> • Portaria 1358/2007, de 15 de outubro – Define a composição e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 43/2002, de 2 de março – Define a organização e atribuições do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e cria a Autoridade Marítima Nacional
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 5/2000, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei 138/2000, de 13 de julho – Estabelece o regime jurídico da remoção, transporte, inumação, exumação, transladação e cremação de cadáveres
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 253/95, de 30 de setembro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Aéreo

<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 15/94, de 22 de janeiro – Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 44/86, de 30 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei Orgânica 1/2012, de 11 de maio – Lei do Regime do Estado de Sítio e do Estado de Emergência
Legislação Concorrente
<ul style="list-style-type: none"> • Lei 58/2005, de 29 de dezembro – Lei da Água: medidas de proteção contra cheias e inundações; medidas de proteção contra secas; medidas de proteção contra acidentes graves de poluição; medidas de proteção contra rotura de infraestruturas hidráulicas
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 364/98, de 21 de novembro – Estabelece a obrigatoriedade de elaboração da carta de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 115/2010, de 22 de outubro – Estabelece um quadro para a avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as suas consequências prejudiciais
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 124/2006, de 28 de junho, alterado pelo Decreto-Lei 15/2009, de 14 de janeiro, pelo Decreto-Lei 17/2009, de 14 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação 20/2009, de 13 de março, pelo Decreto-Lei 114/2011 de 30 de novembro e pelo Decreto-Lei 83/2014, de 23 de maio – Aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios
<ul style="list-style-type: none"> • Resolução do Conselho de Ministros 65/2006, de 26 de maio – Aprova o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI)
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei 224/2015, de 9 de outubro, que o republica - Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios
<ul style="list-style-type: none"> • Portaria 1532/2008, de 29 de dezembro - Regulamento Técnico de Segurança Contra Incêndio em Edifícios
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 344/2007, de 15 de outubro – Regulamento de Segurança de Barragens
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 150/2015, de 05 de agosto – Prevenção de Acidentes Graves com Substâncias Perigosas
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 174/2002, de 25 de julho – Estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna as disposições do título IX, "Intervenção", da Diretiva 96/29/EURATOM
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei 165/2002, de 17 de julho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 215/2008, de 10 de novembro e pelo Decreto-Lei 156/2013, de 5 de novembro – Proteção contra Radiações Ionizantes

<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei 41-A/2010, de 29 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 206-A/2012, de 31 de agosto, pelo Decreto-Lei 19-A/2014, de 7 de fevereiro e pelo Decreto-Lei 246-A/2015, de 21 de outubro – Aprova o Regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas
<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei 112/2002, de 12 de abril – Aprova o Plano Nacional da Água
<ul style="list-style-type: none">• Lei 58/2007, de 4 de setembro – Aprova o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
<ul style="list-style-type: none">• Lei 31/2014, de 30 de maio – Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo
<ul style="list-style-type: none">• Lei 75/2013, de 12 de setembro - Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico
<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 278/2009, de 2 de outubro – Código dos Contratos Públicos
<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei 91/2015, de 29 de maio - fusão entre a Rede Ferroviária Nacional - REFER, E. P. E. (REFER, E. P. E.) e a EP – Estradas de Portugal, S. A. (EP, S. A.), com o objetivo de criar uma única empresa de gestão de infraestruturas de transportes em Portugal.
Legislação Diversa
<ul style="list-style-type: none">• Resolução 87/2013, de 11 de dezembro – Aprova o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil• Resolução 22/2009, de 23 de outubro – Aprova o Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes
Comunicações
<ul style="list-style-type: none">• Resolução do Conselho de Ministros 56/2003, de 8 de abril – Redefine as condições de instalação do SIRESP – Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal e determina a adoção de várias medidas concretas necessárias à respetiva implementação
<ul style="list-style-type: none">• Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei 51/2011, de 13 de setembro, posteriormente alterada pela Lei 10/2013, de 28 de janeiro e pela Lei 42/2013, de 3 de julho – Lei das comunicações eletrónicas
<ul style="list-style-type: none">• Lei 17/2012, de 26 de abril, alterada pelo Decreto-Lei 160/2013, de 19 de dezembro – Estabelece o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais, em plena concorrência, no território nacional, bem como de serviços internacionais com origem ou destino no território nacional
<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei 448/99, de 4 de novembro, alterada e republicada em anexo ao

Decreto-Lei 160/2013, de 19 de novembro – Bases da concessão do serviço postal universal
<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei 53/2009, de 2 de março -Define as regras aplicáveis aos serviços de amador e de amador por satélite, bem como a definição do regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum
<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei 47/2000, de 24 de março – Regime jurídico aplicável à utilização do Serviço Rádio Pessoal - Banda do Cidadão

Outras Referências

- Normas Operacionais Permanentes (NOP) da ANPC;
- Diretivas Operacionais Nacionais da ANPC.

Registo de atualizações

Atualizações do Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Beja					
Versão	Alteração	Data da alteração	Data de aprovação	Entidade aprovadora	Observações
1	PDE de Beja	2000	29SET2000	CDPC de Beja	
2	Revisão do PDEPC (totalidade do Plano)	2010			Consulta Pública em junho 2010
3	Revisão do PDEPC (totalidade do Plano)	2016			

Registo de exercícios

Registo de Exercícios do Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Beja								
Tipo de exercício		Objetivos	Cenário	Local	Data	Agentes, Organismos e Entidades envolvidos	Meios e Recursos envolvidos	Ensinamentos recolhidos
CPX	LIVEX							
	X	Testar a resposta operacional do SIOPS	Acidente Ferroviário	Vila Nova da Baronia	26JAN2008	CB; FA; FS; INEM; CVP; CHBA e Centros de Saúde; REFER e CP; SMPC Alvito e JF do concelho de Alvito	Os meios e recursos das entidades envolvidas	

PARTE I – Enquadramento

1. Introdução

O Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Beja (adiante referido como PDEPC de Beja ou simplesmente Plano) é um plano geral de emergência de proteção civil, destinando-se, nos termos da lei, a fazer face à generalidade das situações de acidente grave ou catástrofe que se possam desenvolver no âmbito territorial e administrativo do distrito de Beja.

Este Plano é um instrumento flexível e dinâmico, de permanente atualização, que define as regras de orientação para as ações de prevenção e resposta operacional, de modo a garantir a unidade de direção e controlo, bem como uma adequada articulação e coordenação dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio a empenhar na iminência ou ocorrência de acidentes graves ou catástrofes.

O âmbito territorial de aplicação deste Plano é o distrito de Beja e localiza-se a sul do território português. Com uma área de 10263 km² é constituído por 14 municípios: Aljustrel, Almodôvar, Alvão, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Moura, Odemira, Ourique, Serpa e Vidigueira. A norte tem fronteira com os distritos de Setúbal e Évora e a região espanhola da Estremadura, a este apresenta-se delimitado mais uma vez pelo território espanhol (região de Andaluzia), a sul pelo distrito de Faro e a oeste é limitado pelo oceano Atlântico.



(fonte: CAOP - DGT, 2013)

O diretor do Plano é o membro do governo responsável pela área da proteção civil, com possibilidade de delegação, em caso de ausência ou impedimento. Compete ao diretor assegurar a direção, coordenação e controlo do PDEPC de Beja e das medidas excecionais de emergência, com vista a minimizar a perda de vidas e bens e os danos ao ambiente, assim como a assegurar o restabelecimento, tão rápido quanto possível, das condições mínimas para a normalidade.

O PDEPC de Beja foi elaborado de acordo com as diretivas emanadas pela Comissão Nacional de Proteção Civil (Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio) e seguiu o disposto no artigo 50º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro e Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou (Lei de Bases da Proteção Civil).

Neste contexto, o PDEPC de Beja articula-se com o Plano Nacional de Emergência de Proteção Civil, com os Planos Distritais de Emergência dos distritos vizinhos (Évora, Faro e Setúbal) e com Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil do distrito de Beja os quais descrevem, nos respetivos níveis territoriais, a atuação das estruturas de proteção civil e referenciam as responsabilidades, o modo de organização e o conceito de operação, bem como a forma de mobilização e coordenação dos meios e recursos indispensáveis na gestão do socorro.

Nos termos do n.º 12 do artigo 7 da Resolução n.º 30/2015, de 7 de maio, da Comissão Nacional de Proteção Civil (CNPC), o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil de Beja entra em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da publicação da deliberação de aprovação em *Diário da República*.

2. Finalidade e objetivos

O PDEPC de Beja regula a forma como é assegurada a coordenação institucional e a articulação e intervenção das organizações integrantes do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro e de outras entidades públicas ou privadas a envolver nas operações, constituindo-se como uma plataforma que se encontra preparada para responder, organizadamente, a situações de acidente grave ou catástrofe, definindo as estruturas de Direção, Coordenação, Comando e Controlo, tendo em vista o cumprimento dos seguintes objetivos gerais:

- Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- Definir as orientações relativamente ao modo de atuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de proteção civil;
- Definir a unidade de direção, coordenação, comando e controlo das ações a desenvolver;
- Coordenar e sistematizar as ações de apoio e de reforço, promovendo maior eficácia e rapidez de atuação das entidades intervenientes;
- Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe, criando condições para o seu rápido e eficiente empenhamento;
- Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- Habilitar as entidades envolvidas no Plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;

-
- Promover o aviso e informação permanente da população, de modo a que esta possa seguir as instruções das autoridades e adotar as medidas de autoproteção mais convenientes.

3. Tipificação dos riscos

Sendo este um plano geral de emergência de proteção civil, destina-se a dar resposta à globalidade dos riscos que possam afetar o território. Dentro destes, alguns destacam-se pela sua particular incidência, e/ou pela potencial gravidade das suas consequências, dos quais se faz seguidamente uma breve apresentação hierárquica de acordo com o grau de risco e a sua natureza:

Tabela I. 1 – Hierarquização do grau de risco para as ocorrências-tipo definidas

		GRAU DE GRAVIDADE				
		Residual	Reduzido	Moderado	Acentuado	Crítico
GRAU DE PROBABILIDADE	Elevado				Onda Calor Vaga frio	Secas
	Médio-alto		InundGalgCost	AcRodov	IncCentHist	
	Médio		Inundações	Cheias EC_PraiasDunas AcFerrov TTMP	IncUrb SubstPerigosas IncFlorestais	
	Médio-baixo		EC_Arribas	MovMassa	Col_PV Col_EdUC	Sismos
	Baixo		EmerRadio			Tsunamis AcAéreos RuptBarragens_I RuptBarragens_II

Legenda:

Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Elevado	Risco Extremo
-------------	----------------	---------------	---------------

InundGalgCost - Inundações e Galgamentos costeiros; **MovMassa** - Movimentos de massa em vertentes;
EC_PraiasDunas - Erosão costeira: destruição de praias e sistemas dunares; **AcRodov** - Acidentes rodoviários;
AcFerrov - Acidentes ferroviários; **AcAéreos** - Acidentes aéreos; **TTMP** - Transporte terrestre de mercadorias perigosas; **IncUrb** - Incêndios urbanos; **IncCentHist** - Incêndios em centros históricos; **Col_PV**- Colapso de pontes e viadutos; **RuptBarragens** - Rutura de barragens; **SubstPerigosas** - Substâncias perigosas; **Col_EdUC** - Colapso de edifícios de utilização coletiva; **EmerRadio** - Emergências radiológicas; **IncFlorestais** - Incêndios florestais.

4. Critérios para a ativação

Perante a iminência ou ocorrência de um acidente grave ou catástrofe a competência para ativação/desativação do Plano recai sobre a Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Beja.

Para efeitos do disposto no parágrafo anterior, e atenta a especificidade da ocorrência que poderá determinar a ativação do Plano, a Comissão Distrital de Proteção Civil poderá reunir com a presença de apenas um terço, sendo a declaração de ativação sancionada, assim que possível, presencialmente ou por outro meio de contacto, pelo plenário.

A ativação do PDEPC de Beja é imediatamente comunicada ao Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS) e aos Comandos Distritais de Operações de Socorro dos distritos limítrofes (Évora, Faro e Setúbal), através do Comandante Operacional de Agrupamento Distrital do Sul e aos Serviços Municipais de Proteção Civil do distrito, pela via mais rápida (redes telefónicas fixas ou móveis, SIRESP, via rádio na rede estratégica de proteção civil ou por escrito, através do correio eletrónico).

A publicitação da ativação/desativação do PDEPC de Beja será efetuada através dos órgãos de comunicação social (listados em III-2) e do sítio da Autoridade Nacional de Proteção Civil (<http://www.prociv.pt>).

Em termos gerais, e independentemente dos critérios de ativação a seguir referidos, o PDEPC de Beja será ativado em caso de iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe que afete todo ou parte da área geográfica do distrito e para a qual os meios municipais não sejam considerados suficientes para fazer face à situação de acidente grave ou catástrofe, atenta a dimensão e a gravidade dos efeitos das ocorrências.

Especificamente, o PDEPC de Beja poderá ser ativado nas seguintes situações:

- **Critérios gerais**

- Declaração da situação de contingência para a totalidade ou parte da área do distrito;
- Ativação simultânea de três ou mais PMEPC do distrito;
- Efeitos significativos e diretos na população do distrito provocando mais de 150 desalojados, 200 feridos ou 75 mortos;
- Interrupção da normalidade das condições de vida por mais de três dias consecutivos em pelo menos 20 % do território do distrito;
- Danos significativos nos bens e património ou nos edifícios indispensáveis às operações de proteção civil, em mais de três municípios;
- Danos significativos nos serviços de infraestruturas (implicando suspensão do fornecimento de água, energia, comunicações ou transportes durante mais de 72 horas em mais de três municípios).

- **Critérios específicos**

- Evento sísmico sentido no distrito com estimativa de intensidade máxima (obtida a partir de medidas instrumentais) igual ou superior a VII na escala de Mercalli modificada;
- Necessidade de reforço dos meios do distrito de Beja quando excedida a capacidade de resposta do respetivo Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e/ou Concelhos Limítrofes e do Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve;

- Acidente industrial grave num estabelecimento classificado no Nível Superior de Perigosidade, nos termos do Decreto-Lei n.º 150/2015, quando se considerar que foi excedida a capacidade de resposta do respetivo Plano de Emergência Externo e/ou do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do município respetivo;
- Incêndio rural/ florestal ou conjunto de incêndios rurais/florestais que tenha excedido 72 horas de duração por dominar e/ou cuja área ardida ultrapasse 7500 hectares;
- Cheia/inundação que cause isolamento ou que obrigue à evacuação de população superior a 500 habitantes em questão;
- Incêndio urbano ou conjunto de incêndios urbanos em centros históricos com mais de 25 % de património envolvido;
- Rotura ou acidente grave em barragem com influência direta no distrito.

Esta tipificação de critérios não impede que o PDEPC de Beja possa ser ativado em outras circunstâncias, de acordo com a iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe.

De notar que, dependendo da gravidade e/ou severidade da ocorrência, os pressupostos operacionais contidos no Plano poderão, de imediato ser postos em prática por decisão do Diretor do Plano.

Após a consolidação das operações de proteção civil e com o início das operações de reposição da normalidade a CDPC de Beja desativa o PDEPC de Beja, comunicando tal aos mesmos destinatários e pela mesma via utilizada aquando da ativação.